

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ASPECTOS DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO DOS ESTADOS**

VOL. 8

**ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE**

BRASÍLIA, MAIO DE 1972
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
IPEA/IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

Volume 8 - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Brasília, Maio de 1972
CIRCULAÇÃO RESTRITA

APRESENTAÇÃO

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

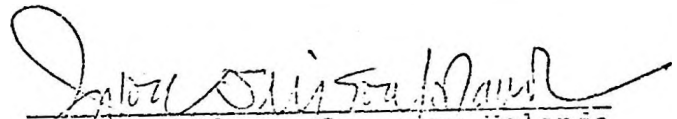
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972


Antonio Nilson Craveiro Holanda
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte de Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

ÍNDICE

- A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

- B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 - 1. O Quadro atual do Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte

- C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 - 1. Avaliação Global do Orçamento
 - 2. Análise da Receita
 - 3. Análise da Despesa
 - 4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
 - 5. O Endividamento do Estado

- D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- E - ANEXOS
 - I - O Planejamento Estadual
 - II - Situação Orçamentária - Tabelas

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A. O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO
RIO GRANDE DO NORTE

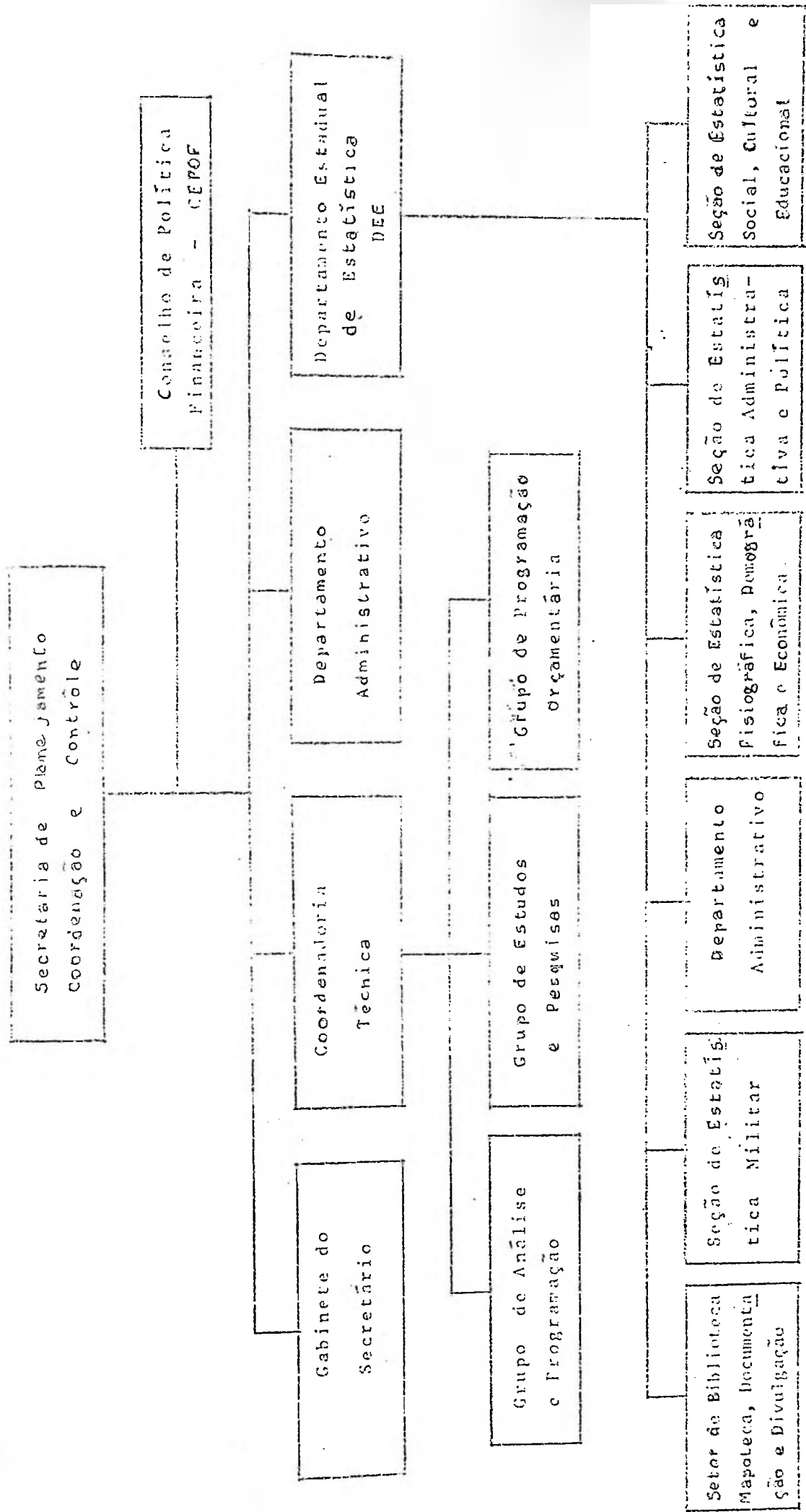
O quadro e organograma seguintes dão uma idéia da evolução e estrutura do sistema de planejamento no Rio Grande do Norte.

No Anexo I deste volume são fornecidas informações complementares a respeito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Evolução do Sistema de Planejamento

A N O	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1964	Não há informações sobre Leis ou Decretos	Criação da Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle, em substituição ao Conselho Estadual de Desenvolvimento
1967		I PLANO QUADRIENAL DE INVESTIMENTOS
1971	Lei 3.957, de 28/05/71	Criação da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Controle
1972		PLANO DE AÇÃO DO GOVÉRNO (Em elaboração)



Obs.: Faltam maiores informações acerca da estrutura do sistema.

A Secretaria de Planejamento está em implantação.

1. O QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE.

O Plano de Ação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, ainda se encontra em fase de elaboração, tendo, entretanto, sua apresentação programada para o mês de março. Em virtude disto, não foi possível se dispor do Plano para a elaboração do presente trabalho. (Jan./Fev.72).

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1. Orçamento para 1972: 127,9 milhões de cruzeiros.

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	4,5	3,6	3,7
- s/Receita Total dos Estados	0,5	0,4	0,4

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	- 3,7	+ 7,7
1971/72	+ 18,7	+ 18,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 16,8	+ 32,1
1971/72	+ 6,7	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	57,8	31,2	-	0,2	31,4
1970	52,5	19,4	-	19,3	38,7
1972	50,8	15,6	11,7	7,4	34,7

(*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	83,4	54,3	58,1
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	21,2	14,0	17,1

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	78,7	90,8	85,8
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	76,9	81,5	76,1

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	45,1	49,0	45,6
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	27,0	26,7	25,1
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
88,7	11,3	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

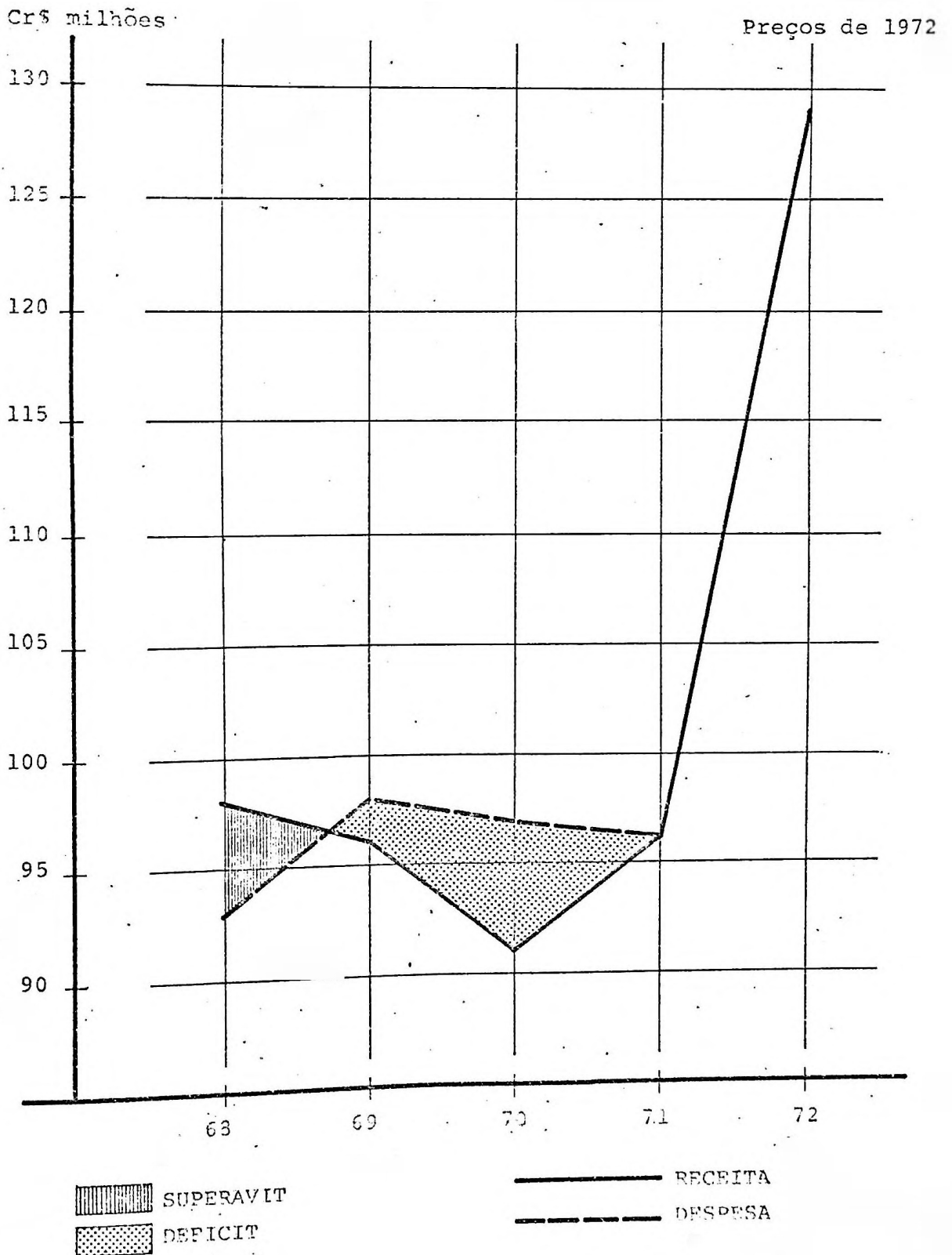
42,3

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	5,2	2,1	-
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	5,0	2,1	0,1

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

<u>1968</u>	<u>1970</u>
(-) 0,2	(-) 8,8

ESTADÔ DO RIO GRANDE DO NORTE
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1 O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr\$ 127,9 milhões.

1.1.1. Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, indica que a Receita do Rio Grande do Norte está evoluindo a uma taxa ligeiramente inferior às relativas àqueles somatórios principalmente nos anos de execução orçamentária.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Nordeste	4,5	4,0	3,6	3,2	3,7
Receita Estadual/Receita dos Estados	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Receita Estadual/Receita da União	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4

Os Gráficos I, II, e III, apresentado no Anexo I do Volume 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos de 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do D.F. e à Receita da União.

1.1.2. Evolução da Receita em termos reais

A evolução da Receita em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresenta duas tendências nitidamente diferenciadas.

A primeira referente ao sub-período 1968/70 mostra uma Receita declinante, atingindo em 1970 somente 81% do seu valor em 1968. A segunda, referente ao sub-período 1971/72, prevê substanciais acréscimos da Receita estimada (taxa de 18,9% a.a.)(*) 1/

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	98	93	98	131
Acréscimos Anuais:	-	-2,0	-5,1	+5,4	+33,7

O comportamento da Receita Total no sub-período 1968/70, foi influenciado pelo declínio das Receitas Próprias, que decresceram a uma taxa de 10% a.a, pois as transferências se apresentaram crescentes no sub-período.

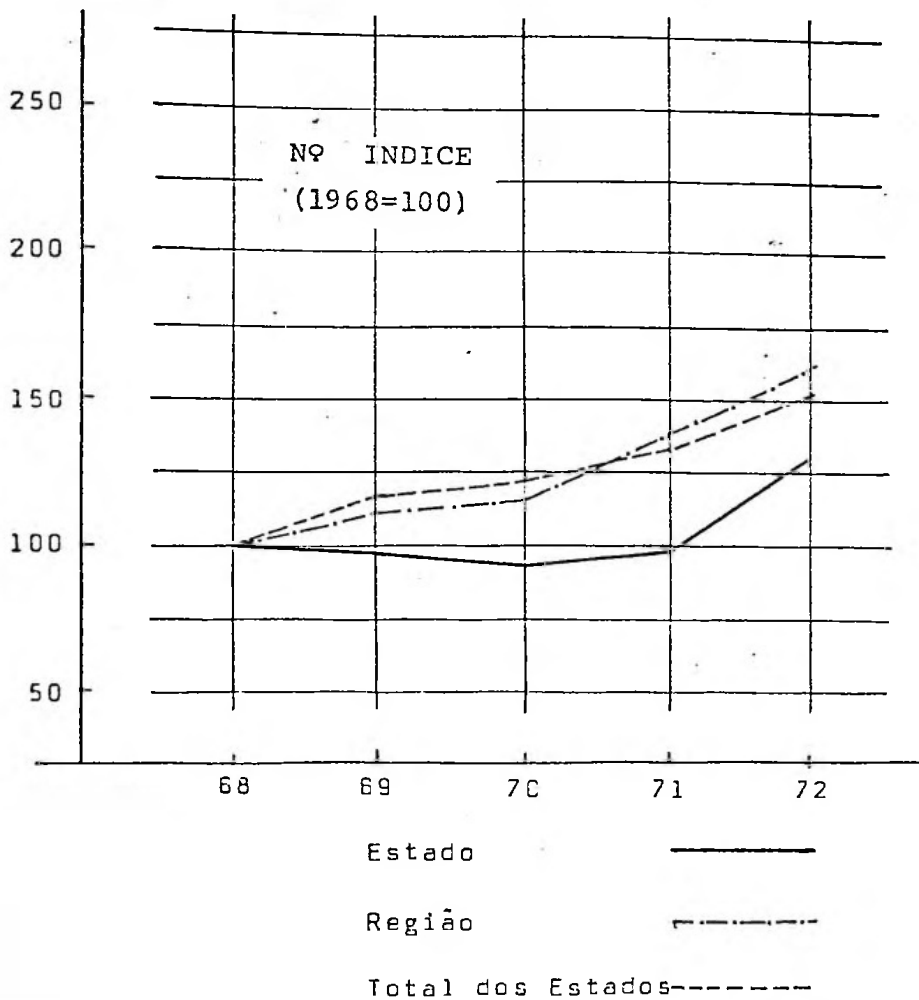
No sub-período 1971/72, são novamente as Receitas Próprias que determinam o comportamento da Receita Total, pois crescendo a uma taxa de 22,5% a.a. superior aos 12,4% a.a. das Transferências, conduziram à taxa de crescimento estimada para a Receita Total de 18,9% a.a. 2/

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Rio Grande do Norte, da Receita da Região Nordeste e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal:

1/ Tabela RN - 1.3, apresentada no anexo II deste volume.

2/ Tabela RN - 2,2, Idem

(*) As taxas de crescimento para o período de previsão orçamentária foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.



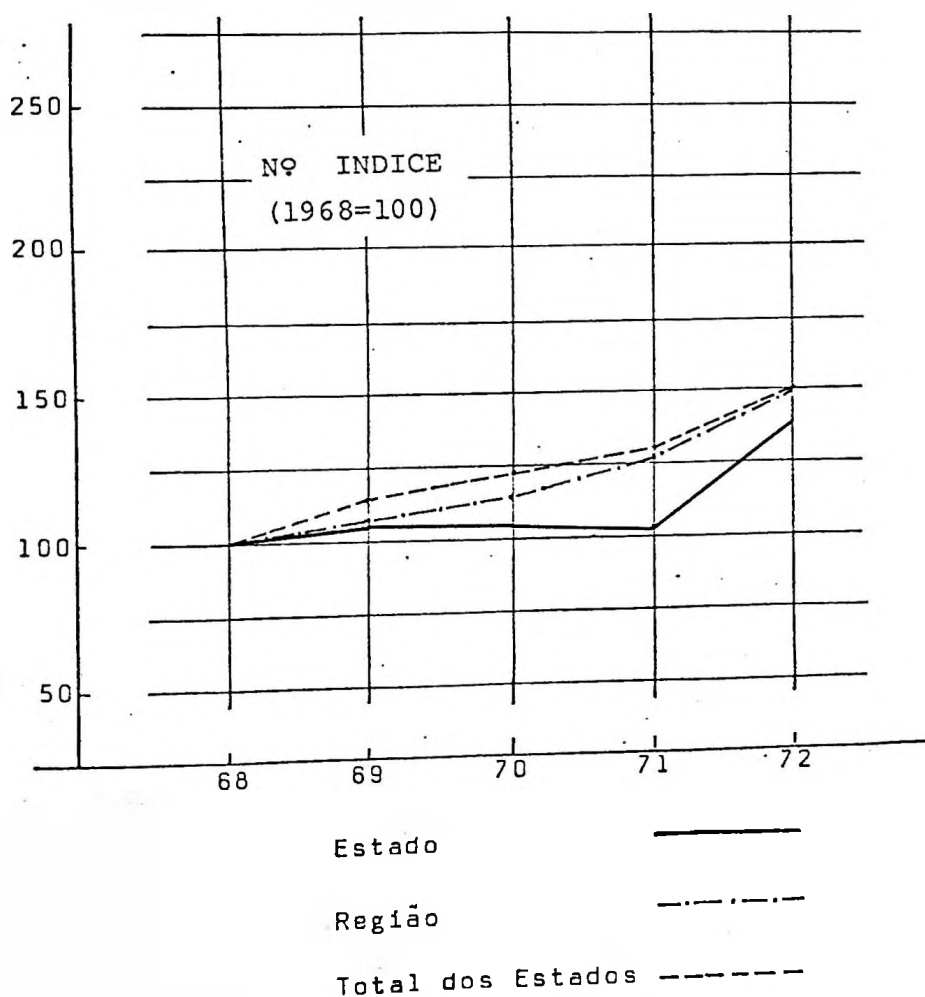
1.1.3. Evolução da Despesa em termos reais

A evolução da Despesa, em termos reais, de acordo com os dados abaixo, mostra para o sub-período 1968/70 um ligeiro crescimento no início do período e um declínio posterior. Para o segundo sub-período a Despesa se apresenta crescendo a uma taxa da ordem de 15,2% a.a., apesar do declínio em 1971 relativo a 1970.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	106	104	103	138
Acrêscimos Anuais:	-	+ 6,0	- 1,9	- 1,0	+34,0

O comportamento da Despesa, no segundo sub-período - dados de Orçamento - é determinada pelas Despesas Correntes que em 1971 tem um decréscimo absoluto representando 99% do seu valor em 1968, enquanto as Despesas de Capital crescem continuamente nos anos de 1971 e 1972.

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Rio Grande do Norte, da Despesa da Região Nordeste e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal:



2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita será efetuada segundo:

2.1 - as categorias econômicas (Corrente e Capital)

2.2 - a origem

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e às Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

2.1 Análise segundo as Categorias Econômicas

O gráfico V, apresentado no Anexo I do Vol.14, apresenta a Receita dos Estados da Região desdobradas em Receitas Correntes e de Capital, tendo o Rio Grande do Norte, no sub-período 1968/70- dados de Balanço -apresentado suas Receitas Correntes relativas à Receita Total, em uma proporção superior à média regional.

A estimativa para o sub-período 1971/72, apresenta aquela proporção (Receitas Correntes/Receita Total) inferior à média regional.

2.1.1 Evolução em termos reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, processou-se a um ritmo declinante no sub-período 1968/70.

No sub-período 1971/72- dados de Orçamento -as estimativas para as Receitas Correntes levam a uma inversão daquela ten-

dência, quando passam a crescer a uma taxa da ordem de 23,7% a.a.

As Receitas de Capital apresentam uma tendência ascendente ao longo de todo o período, embora o ritmo de crescimento no primeiro sub-período (1968/70) seja mais acentuado (taxa de 16,6% a.a.) do que no segundo (1971/72) quando cresce a uma taxa da ordem de 6,8% a.a. ^{1/}

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:

Receitas Correntes e de Capital

Nº Índice - 1968 = 100

ANO \ RECEITAS	CORRENTES	CAPITAL
1968	100	100
1969	94	112
1970	81	136
1971	86	145
1972	124	155

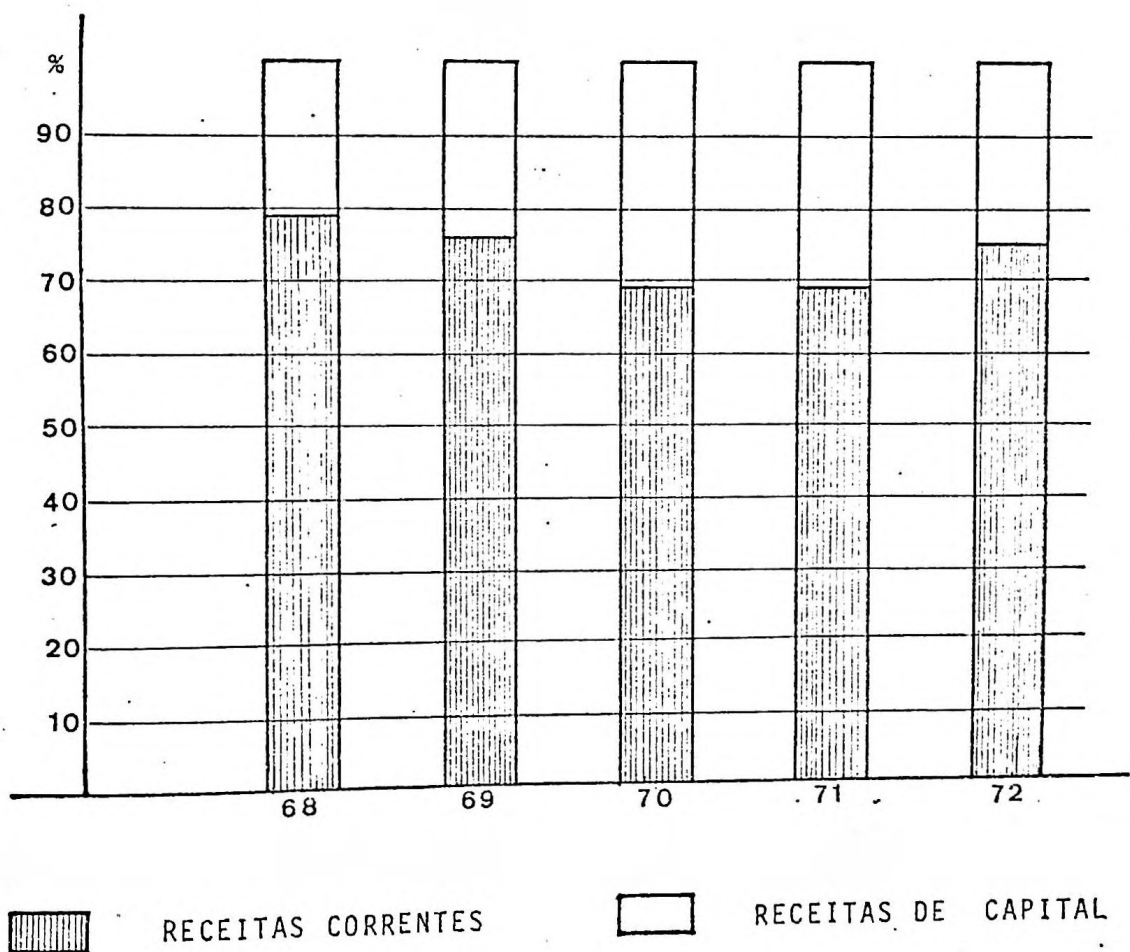
2.1.2. A Composição Percentual da Receita segundo as Categorias Econômicas

As Receitas de Capital, com taxas de crescimento anuais superiores às das Receitas Correntes, no sub-período 1968/70, ampliam sua contribuição relativa para o total de Receitas de 21,0% em 1968 para 30,9% em 1970.

^{1/} Tabela RN - 1.3

No sub-período 1971/72 - dados de Orçamento -, devido a menores taxas de crescimento, sua contribuição relativa para o total de Receitas se situa em torno de 31,0% e 25,0% respectivamente para 1971 e 1972.^{1/}

O gráfico abaixo apresenta a composição da Receita segundo as categorias econômicas:



^{1/} Tabela RN - 1.1

2.2. Análise segundo a origem

O Gráfico VI apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a composição das Receitas dos Estados da Região Nordeste, desdobradas em Próprias e Transferências.

Observa-se que, enquanto na Região no sub-período 1968/70, a proporção de Receitas Próprias no Total de Receitas aumenta, o Estado do Rio Grande do Norte apresenta uma situação inversa, com uma diminuição daquela proporção. Já no sub-período 1971/72, enquanto a estimativa para a Região apresenta aquela posição declinando, a previsão para o Estado mostra-a ascendente.^{1/}

2.2.1. Evolução em termos reais das Receitas Próprias e das Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 - dados de Balanço - uma tendência declinante, representando estas, em 1970, apenas 82,6% do seu valor em 1968. Apesar do ICM, principal componente das Receitas Próprias, apresentar-se declinante no sub-período, a razão desse declínio tão acentuado nas Receitas Próprias é encontrada nas Operações de Crédito, que de um valor de Cr\$ 5,1 milhões em 1968 decrescem para Cr\$ 1,9 milhões em 1970.^{2/}

No sub-período 1971/72, as estimativas das Receitas Próprias apresentam-nas crescendo a uma taxa relativamente baixa no primeiro ano (1971) e posteriormente crescendo a um ritmo mais acelerado, dando como resultado uma expansão no sub-período da ordem de 11% a.a.

^{1/} Tabela BR - 2.2, apresentada no anexo II do volume 14.

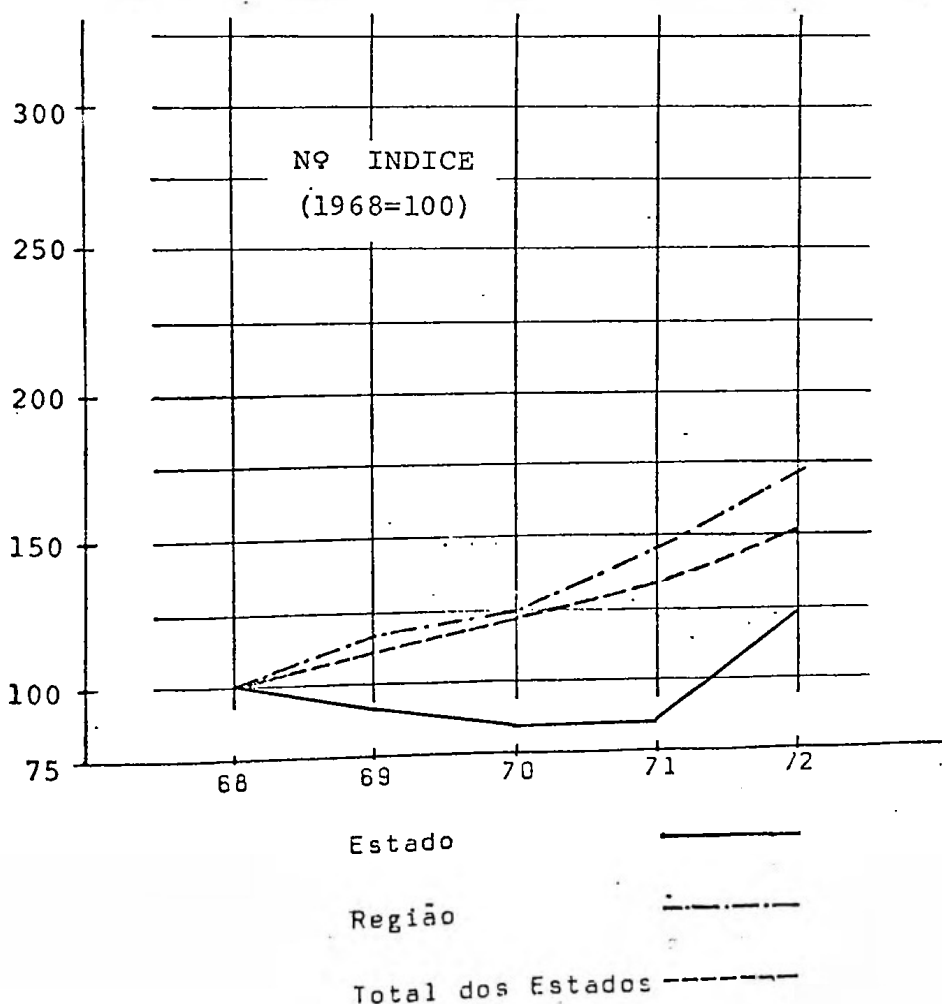
^{2/} A preços de 1972

Os dados abaixo apresentam essa evolução:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100):	100	91,8	82,6	84,0	123,9
Acrêscimos Anuais:	-	- 8,2	-10,0	1,6	41,6

O crescimento mais acentuado das Receitas Próprias no último ano da série é devido, sobretudo, à estimativa das "Outras Receitas Próprias" que de um valor de Cr\$ 3,9 milhões em 1971, atingem Cr\$ 18,4 milhões em 1972.^{1/}

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, das Receitas Próprias do Estado, da Região e do somatório dos Estados e do Distrito Federal:



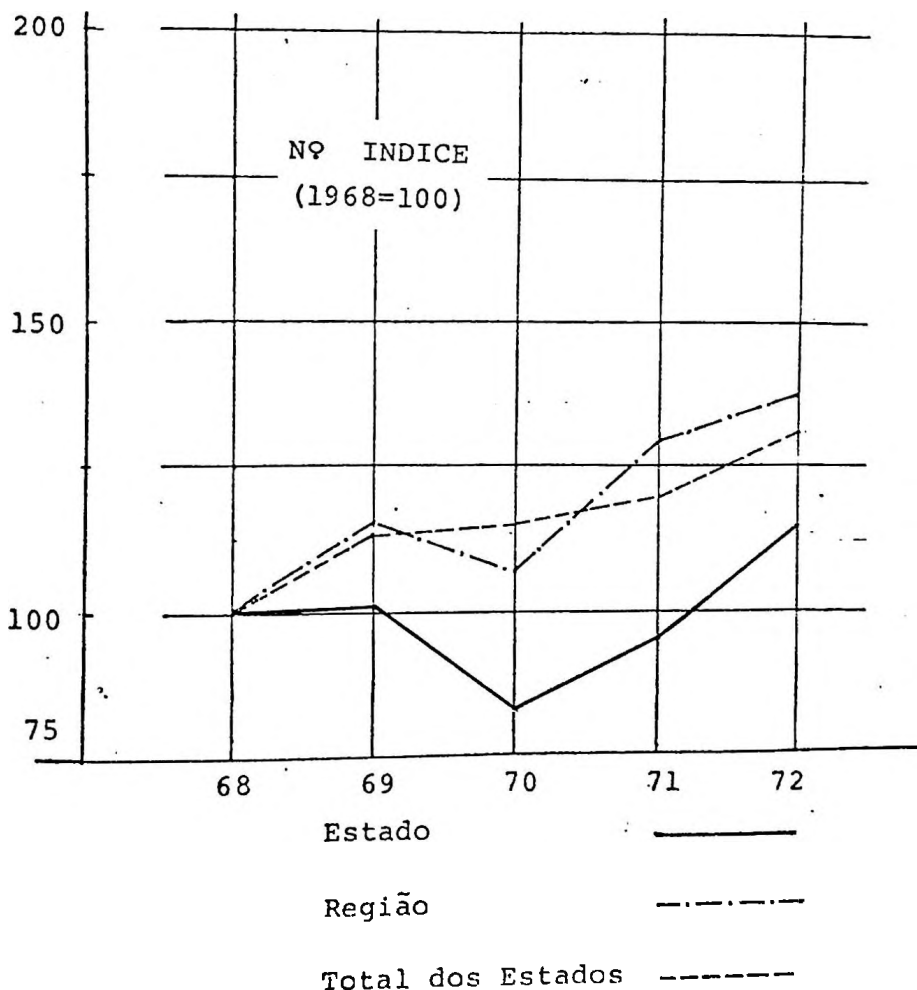
^{1/} a preços de 1972

2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas do Estado, no sub-período 1968/70, com cerca de 56,7%, declinando em seguida sua participação para 52,8% no sub-período 1971/72.^{1/} (estimativa).

Em termos reais, o ICM, no sub-período 1968/70 - dados de Balanço -, decresce, atingindo em 1970 apenas 84% do seu valor em 1968. No sub-período 1971/72 - dados de Orçamento - há inversão dessa tendência, apresentando-se crescente a uma taxa em torno de 16,8%.^{2/}

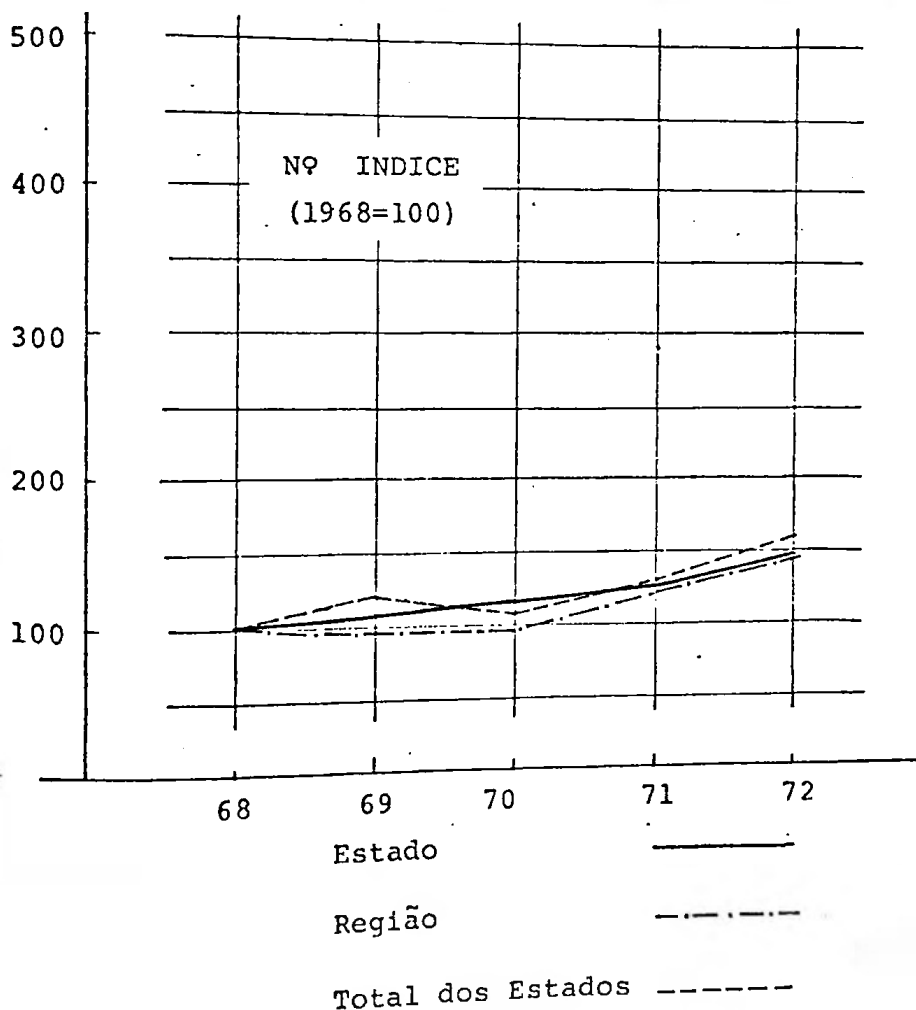
O gráfico seguinte apresenta a evolução em termos reais, do ICM:



^{1/} Tabela RN - 2.1
^{2/} Tabela RN - 2.2

As Transferências, em termos reais, apresentam-se crescentes ao longo de toda a série (1968/72), sendo que no primeiro subperíodo (1968/70) crescem a uma taxa da ordem de 7% a.a., enquanto no segundo (1971/72) as taxas previstas são da ordem de 12% a.a.

O gráfico seguinte apresenta a evolução em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total de Estados e Distrito Federal:^{1/}

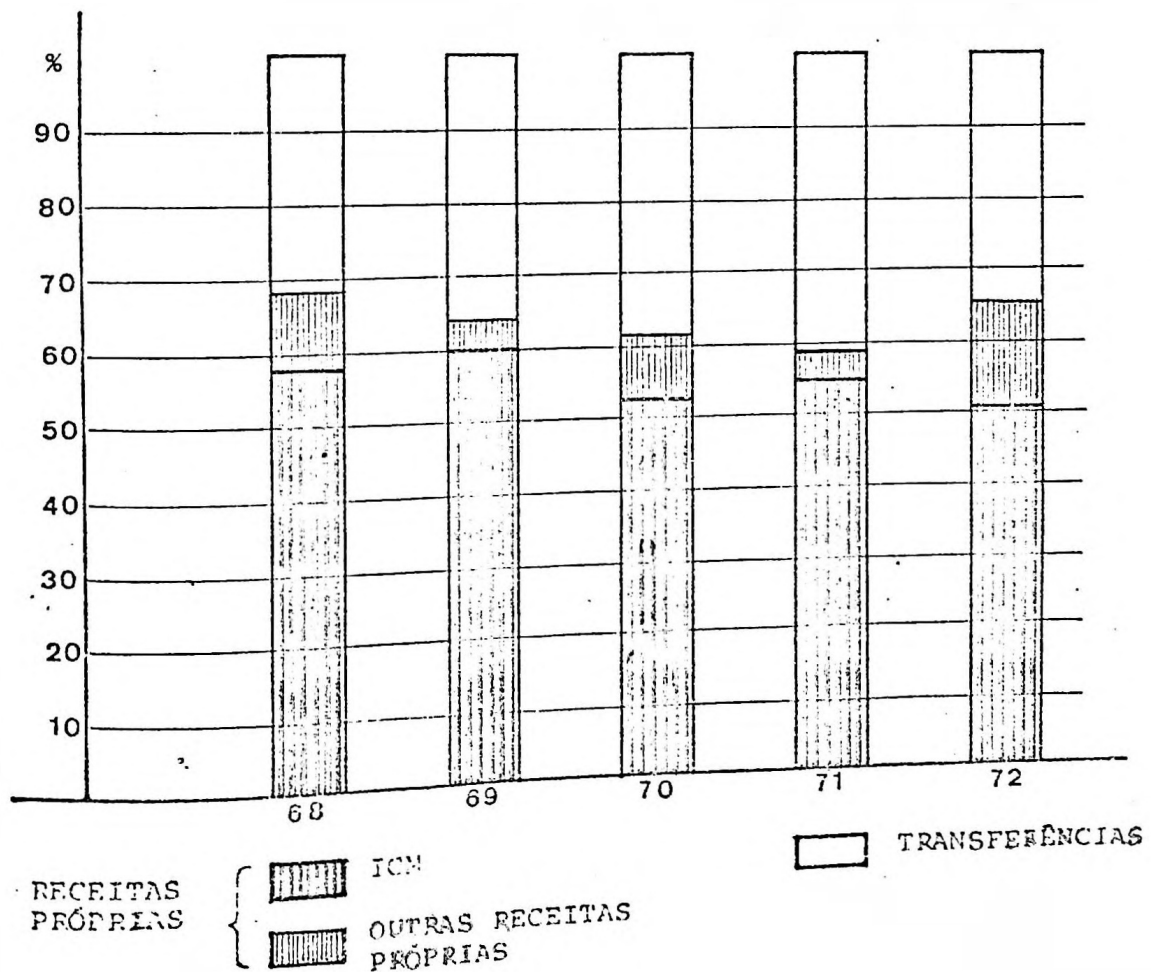


^{1/} Tabela RN - 2.2

2.2.3. Composição Percentual da Receita segundo a origem

As Receitas Próprias têm sua participação relativa no total de Receitas declinando entre 1968 e 1971, quando sua participação, de 68,6% em 1968, alcança em 1971 somente 58,9%. No último ano da série, devido as estimativas de crescimento mais elevado para as Receitas Próprias, sua participação se situa a um nível mais alto, em torno de 65%.^{1/}

O gráfico seguinte ilustra as alterações da composição da Receita no período 1968/72:



^{1/} Tabela RN - 2.1

2.2.4. As Transferências e sua posição relativa no Total de Receitas

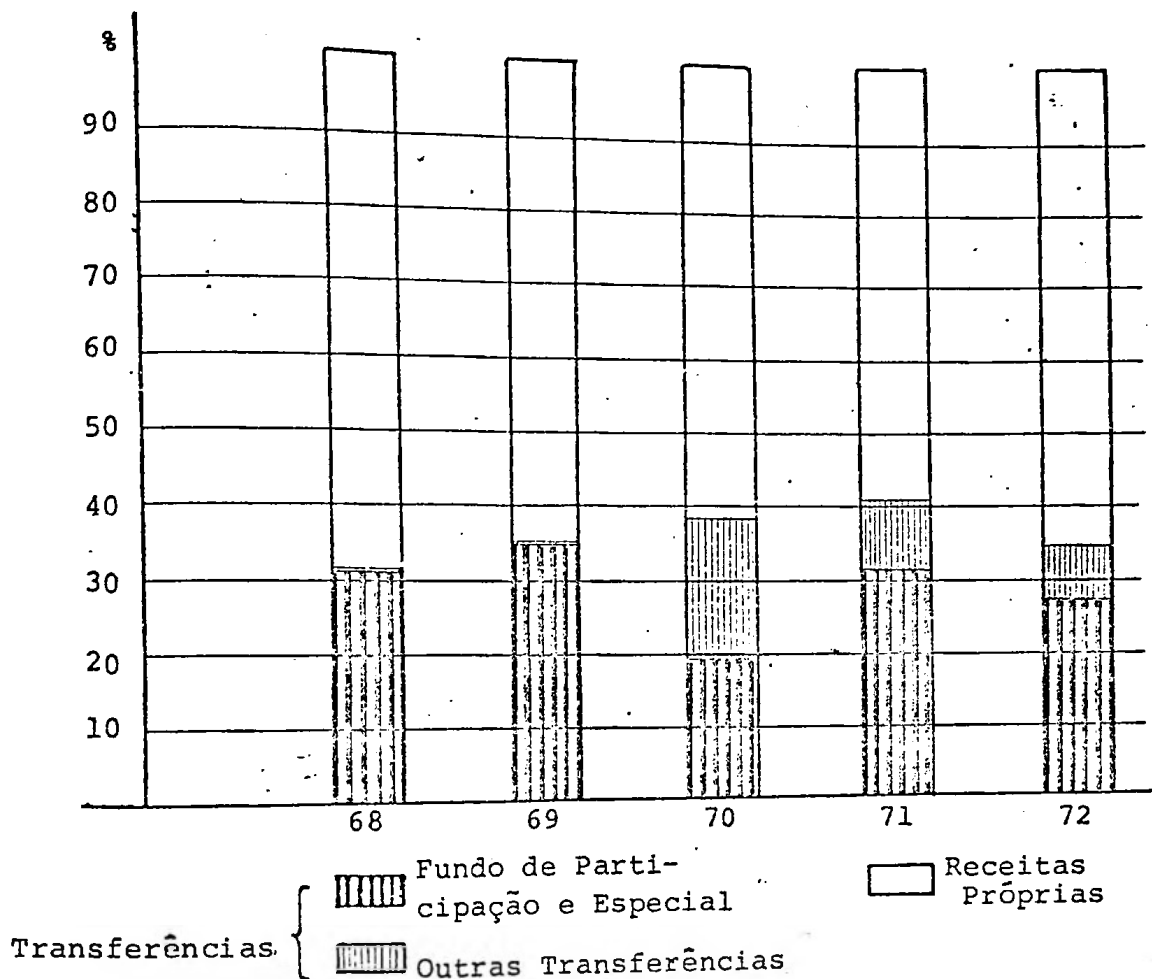
As Transferências apresentam-se com uma participação relativa no total de Receitas, crescente para os Dados de Balanço, passando de 31,4% em 1968 para 38,7% em 1970. Para os Dados de Orçamento, sua participação relativa constitui 41,1% e 34,8% respectivamente para os anos 1971 e 1972.

Em conjunto, os Fundos^{1/} têm uma participação relativa de - clinante no sub-período 1968/70, apesar da introdução do Fundo Especial em 1969. A estimativa do Total de Fundos para 1971, mostra uma participação relativa da mesma proporção de 1968 (cêrca de 31%), enquanto que para 1972, aquela participação situa-se em tórno de 27% do Total de Receitas.

No sub-período 1968/70, as "Outras Transferências" têm uma participação significativa apenas em 1970, quando representam 19,3% do Total de Receitas. No sub-período 1971/72 sua participação se situa em tórno de 8,5%.

As modificações na composição das Transferências, no período 1968/72, são apresentadas no gráfico seguinte:

^{1/} Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial.



Os gráficos VIII e IX, apresentados no Anexo I do Volume 14 mostram a comparação das Transferências e Fundos de Participação recebidos pelos Estados da Região Nordeste, relativas aos respectivos totais distribuídos entre os Estados da Federação e do Distrito Federal.

O Estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste, é o que menos Transferências recebe, situando-se sua participação entre 1,2% e 1,4% do Total de Transferências distribuídas para todos os Estados da Federação e Distrito Federal.

2.2.5. Análise da Receita "Per-capita"

2.2.5.1. Receita Própria "Per-capita"

A Receita Própria "per-capita", em termos reais, do Estado, apresenta-se inferior à Receita Própria "Per-capita", estimada para a Região, e essa proporção ainda é declinante ao longo de toda a série (1968/72) passando de 83,4% da Receita da Região em 1968, para 58,1% em 1972.

O gráfico X, apresentado no Volume 14, mostra as Receitas Próprias "Per-capita" do Estado, comparada a estimativa efetuada para a Região.

2.2.5.2. Transferências "Per-capita"

As Transferências "per-capita", em termos reais, recebidas pelo Estado, apresentam-se inferiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e para o Total de Estados e Distrito Federal.

Em 1968 as Transferências "per-capita", recebidas pelo Estado, constituíram 78% das Transferências "per-capita" recebidas pela Região, sendo que nos anos de 1970 e 1972 essa proporção constitui, respectivamente, 90% e 85%.

O gráfico XI, apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados da Região comparadas às Transferências "Per-capita", estimadas para a Região e para o Total de Estados e Distrito Federal.

2.2.6. Conclusões

Pelo comportamento observado para as Receitas Próprias e Transferências, e, tendo estas apresentado um ritmo de crescimento mais acelerado no período 1968/72, depreende-se, para o Estado, uma maior dependência à contribuição financeira proporcionada pelo Governo Federal.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do Ítem Despesa será efetuada segundo:

- as categorias econômicas;
- as funções.

3.1. Análise segundo as categorias econômicas

O gráfico XII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Despesas dos Estados da Região Nordeste, desdobradas segundo as categorias econômicas.

O Estado do Rio Grande do Norte, apresenta uma proporção de Despesas Correntes no Total de Despesas, ligeiramente ascendente, contrariando uma tendência observada para a Região Nordeste, de declínio da participação relativa das Despesas Correntes.

3.1.1. Evolução em termos reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, no sub-período 1968/70, verificou-se a uma taxa relativamente baixa, da ordem de 2,5% a.a. No sub-período 1971/72, as estimativas das Despesas Correntes, apresentam-na crescendo a uma taxa significativa, da ordem de 15,9% a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes, no primeiro sub-período, resultou do crescimento das Despesas com Pessoal (taxa de 6,4%) porquanto as "Outras Despesas Correntes", de - crescem no período.

No segundo sub-período as "Outras Despesas Correntes" respondem pela elevada taxa de crescimento prevista para o Total de Despesas Correntes.

À exceção do ano de 1970, quando há um declínio em valor absoluto, relativo a 1969, as Despesas de Capital crescem contínua - mente ao longo de todo o período (1968/72), porém a uma taxa ligeiramente inferior à verificada para as Despesas Correntes.

O quadro seguinte ilustra a evolução, em termos reais , das Despesas correntes e de Capital:

Nº Índice - 1968 = 100

ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	102	114
1970	105	104
1971	98	116
1972	141	128

O gráfico XIII, apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação das Despesas com Pessoal, tomadas com relação à Despesa Total, para todos os Estados da Região Nordeste.

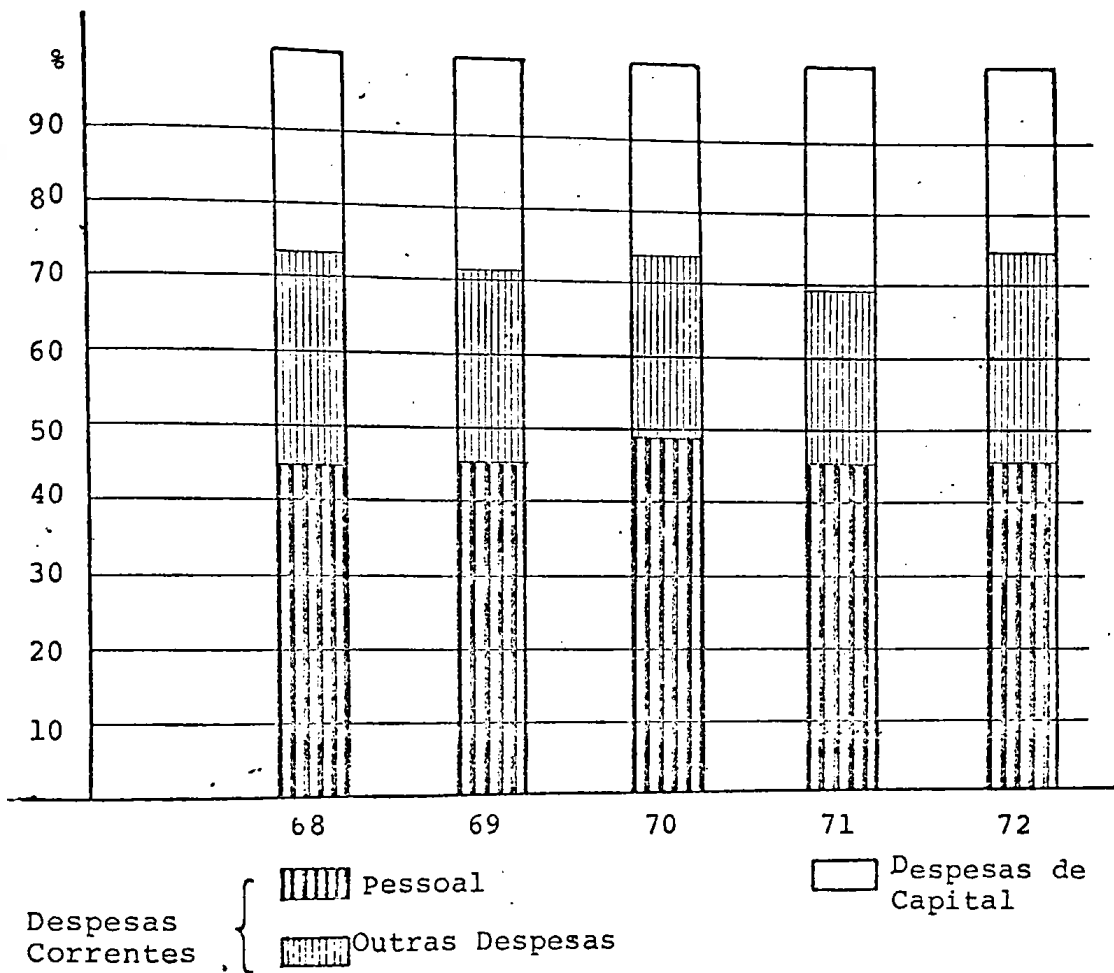
O Rio Grande do Norte é o Estado cuja proporção da Despesa com Pessoal na Despesa Total, se mantem a níveis bem elevados, (acima de 45% no período), sendo que nos anos de 1970 e 1972 aquela proporção é a mais alta da Região.

Outra característica do Estado é que, enquanto para a Região Nordeste como um todo, a participação relativa da Despesa com pessoal na Despesa Total declina, o Rio Grande do Norte, quando não aumenta, mantem aquela proporção constante.

3.1.2. A Composição percentual da Despesa segundo as categorias econômicas

As Despesas Correntes e de Capital, por não apresentarem variações significativas nas taxas de crescimento, mantêm suas participações relativas no Total da Despesa, mais ou menos constante, sendo as variações sempre de um ano para o outro e não ao longo da série.

O gráfico seguinte apresenta para o Estado do Rio Grande do Norte, a composição da Despesa Total segundo as Categorias Econômicas:



3.1.3. Despesa com Pessoal e Capital em termos "Per-capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais correspondem, em média, no período (1968/72), a 80% do valor daquela Despesa "per-capita" calculada para a Região Nordeste.

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, que em 1968 representavam cerca de 60% da mesma Despesa, calculada para a Região, em 1972 constituem apenas 43%; o que indica um dispêndio "per-capita" do Estado em termos de Capital, crescendo a uma taxa bastante inferior à experimentada pela Região Nordeste.

3.2. Despesa por funções

Os setores, Governo, Administração Geral e Financeira, Educação e Cultura e Bem Estar Social, respondem no conjunto por mais de 60% do Total das Despesas.

O quadro abaixo apresenta a participação relativa no total de Despesas desses setores em conjunto e sua posição individual.

Despesa segundo as principais funções

(Despesa Total = 100%)

ANOS \ SETORES	GOV. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINAN CEIRA	EDUCAÇÃO E CULTURA	BEM ESTAR SOCIAL	TOTAL
1968	36,1	17,5	16,4	70,0
1969	35,8	13,9	13,3	63,0
1970	46,1	20,4	11,8	78,3
1971	48,4	19,2	11,4	79,0
1972	44,9	20,6	10,2	75,7

4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.1. Equilíbrio Orçamentário

4.1.1. Saldo Orçamentário^{1/}

O Estado do Rio Grande do Norte apresenta Saldo em Conta Corrente negativo para os anos de 1970 e 1971, sendo, este Saldo, positivo para os demais anos da série.

Por outro lado a Conta de Capital apresenta Saldo positivo para os anos de 1970 e 1971 e negativo para os demais anos da série (1968/72).

Apesar de positivo nos dois primeiros anos da série (1968/69), o Saldo em Conta Corrente apresenta um valor inferior ao deficit de Conta de Capital somente em 1968, no que resulta o aparecimento de Superavit Orçamentário nesse ano.

Por outro lado, apesar de positivo o Saldo de Conta de Capital, em 1970, ele é inferior ao Saldo negativo apresentado em Conta Corrente, daí o aparecimento do deficit Orçamentário em 1970.

4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo^{2/}

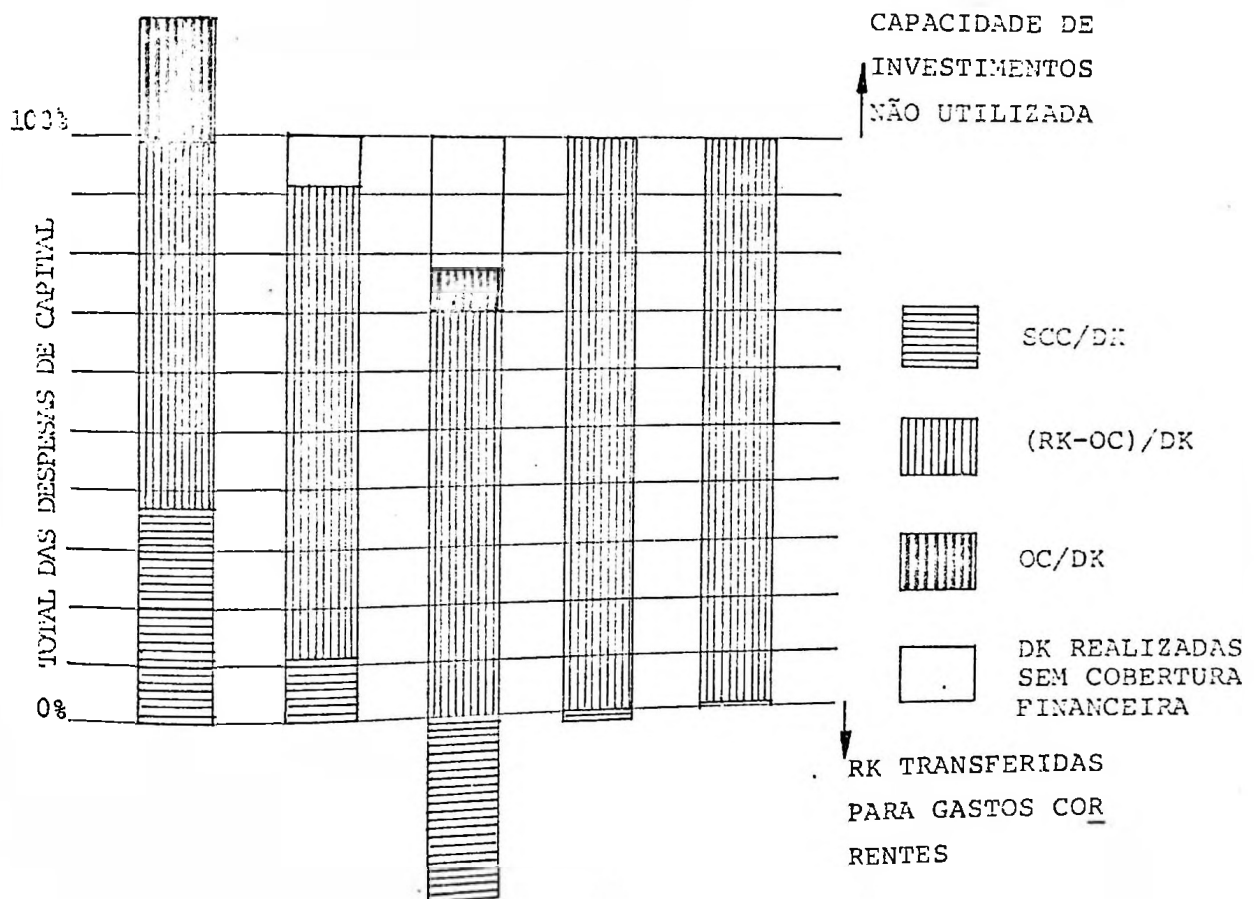
A realização de Operações de Crédito em 1968, num montante superior ao Superavit Orçamentário, determina o aparecimento de um Saldo Orçamentário-Efetivo negativo naquele ano. Em 1969, pela ausência de Operações de Crédito, o Saldo Orçamentário-Efetivo torna-se igual ao Saldo Orçamentário (ambos negativos).

Em 1970, a realização de Operações de Crédito, no montante de Cr\$ 1,4 milhões, conjugadas ao deficit Orçamentário de Cr\$ 4,5 milhões, dão como resultado um deficit Orçamentário-Efetivo de Cr\$ 5,9 milhões.

^{1/} Saldo Orçamentário = Receita-Despesa (Tabela RN - 4.1)
^{2/} Saldo Orçamentário-Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela RN - 4.1)

Como não estão previstas Operações de Crédito para o ano de 1972, o Rio Grande do Norte, faz uma estimativa bastante otimista quanto ao volume de recursos próprios que irá destinar ao financiamento das Despesas de Capital, pois prevêem as Transferências financiando apenas 68% daquelas Despesas. Ressalte-se ainda que o Saldo em Conta Corrente previsto para esse ano, apresenta um Superavit de apenas 0,3% da Despesa de Capital.

O gráfico seguinte mostra a composição do financiamento das Despesas de Capital.



4.1.3. Financiamento das Despesas de Capital

No ano de 1968, a Receita de Capital efetiva^{1/} e o superavit em Conta Corrente não foram suficientes para financiar a totalidade das Despesas de Capital, tendo então o Estado recorrido a Operações de Crédito. Estas, em um montante muito superior às necessidades daquele financiamento, resultaram no aparecimento de Superavit Orçamentário naquele ano.

Em 1969, o Estado efetua Despesas de Capital sem a necessária cobertura Orçamentária, resultando em aparecimento de déficit Orçamentário nesse ano. Em 1970, apesar da Receita de Capital efetiva ser superior à Despesa de Capital, a magnitude do Déficit em Conta Corrente, determina o aparecimento de um déficit Orçamentário de certa magnitude (23,6% da Despesa de Capital).

No sub-período 1971/72, a estimativa da Receita de Capital efetiva corresponde a 101,9% e 99,7% respectivamente de Despesa de Capital estimada para aqueles anos.

A seguir apresenta-se a Receita de Capital efetiva como proporção da Despesa de Capital, para o período 1968/72:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita de Capital efetiva/ Despesa de Capital	61,7	80,7	101,0	101,9	99,7

A Receita de Capital efetiva do Estado depende significativamente das Transferências de Capital, - dados abaixo - tendo participação reduzida no financiamento das Despesas de Capital os recursos próprios do Estado.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital/ Receita de Capital efetiva	75,2	100,0	93,2	100,0	68,6

^{1/} Receita de Capital efetiva = Receita de Capital-Operações de Crédito.

5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

O Estado do Rio Grande do Norte não apresenta informações sobre a Dívida Externa. A Dívida Interna evolui da seguinte maneira: já em 1968 a Dívida Flutuante corresponde a 82,0% do Total da Dívida; já em 1970 corresponde a 88,7%, ficando a complementação por conta da Dívida Fundada Interna.

Em relação à Receita (Total e Própria) a Dívida Interna a
presenta as seguintes proporções:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total	43,4	37,9	42,3
Dívida/Receita Própria	68,4	58,7	71,5

O Serviço da Dívida, ou sejam, as Amortizações e Juros , medidos com relação à Receita Total, apresenta-se significativo apenas em 1968, quando representa cerca de 5,0% da Receita Total. Nos anos subseqüentes essa proporção diminui sensivelmente como mostram os dados abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida/ Receita Total	5,0	2,6	2,1	0,2	0,1

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado do Rio Grande do Norte - o sistema de planejamento estadual". Brasília, 15 a 17/12/71.
2. Proposta Orcamentária 1972 - Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 1971.
3. Orçamentos 1971; sintético, analítico, IPE, DER-RN, Junta Comercial. Natal, dezembro 1970.
4. Lei nº 3.903, de 12 de dezembro de 1970. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 1971. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 29 de dezembro de 1970.
5. Revista de Finanças Públicas - Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

- O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE

1 - ANTECEDENTES

1.1 - O Planejamento no Rio Grande do Norte, a exemplo de outros Estados no Nordeste, foi introduzido por influência da SUDENE.

A primeira iniciativa no sentido de implantação de um sistema de planejamento, ocorreu em 1964, quando o Conselho Estadual de Desenvolvimento cedeu lugar à Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle.

As atribuições dadas ao novo órgão abrangiam o assessoramento direto ao Governador e a elaboração de planos globais de desenvolvimento.

1.2 - Em 1967 foi elaborado o I Plano Quadrienal de Investimentos, que posteriormente foi abandonado e transformado no Orçamento Plurianual.

1.3 a 1.5 - Não há informações sobre grau de realização desse plano anterior, razões de sua não implementação, e subsídios que a experiência anterior poderia fornecer ao plano atual.

A.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 - O órgão central do Sistema Estadual de Planejamento, a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Controle, encontra-se ainda em processo de implantação.

Constitui, ainda, parte integrante do Sistema de Planejamento, o Conselho Estadual de Política Financeira - CEPOF.

2.2 - Lei nº 3.957, de 28 de maio de 1971, - criou a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Controle.

Não há informações sobre legislação pertinentes aos demais órgãos.

2.3 - A Secretaria de Planejamento, Coordenação e Controle é um órgão de administração direta.

2.4 - As informações disponíveis, permitem apresentar apenas a estruturação da Secretaria de Planejamento, ainda em caráter provisório porque, conforme se frizou anteriormente, o sistema ainda se encontra em fase de implantação.

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral

Gabinete do Secretário

Coordenadoria Técnica

- Grupo de Análise e Programação
- Grupo de Estudos e Pesquisas
- Grupo de Programação Orçamentária

Departamento Administrativo

Departamento Estadual de Estatística

- Setor de Biblioteca, Mapoteca, Documentação e Divulgação
- Departamento Administrativo
- Seção de Estatística Fisiográfica, Demográfica e Econômica
- Seção de Estatística Social, Cultural e Educacional
- Seção de Estatística Administrativa e Política
- Seção de Estatística Militar

2.5 - A Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral é o órgão central do sistema de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio Grande do Norte, cabendo-lhe a sistematização, coordenação e controle da ação governamental, planejada em todos os níveis da administração pública, de modo a facilitar a atuação harmônica dos seus órgãos na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os assuntos que constituem a área de competência da Secretaria são: coordenação dos planos de trabalho do Governo; acompanhamento e controle da execução dos planos de trabalho; coleta, processamento e difusão de informações para o planejamento; programação orçamentária e financeira; assessoramento ao Governador em assuntos de natureza técnico-econômica; e convênios de interesse do Estado, em assuntos de igual natureza.

A tarefa essencial na qual a Secretaria de Planejamento está atualmente empenhada é a definição do sistema operacional do planejamento, abrangendo a programação geral, a montagem de assessorias setoriais, a programação financeira e o controle de execução física e financeira dos programas.

Os diversos setores que constituem a Secretaria ainda devem merecer regulamentação adequada que se fará oportunamente. Antes, está-se preocupado em implantar efetivamente o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIPO. Neste sentido, estão sendo tomadas as primeiras iniciativas, destinadas a produzir os procedimentos imediatos do planejamento e orçamentação e implantar o Sistema Estadual de Informações, imprescindível à programação e melhoria da arrecadação e o Sistema de Estatísticas Agrícolas e Industriais.

3 - QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO

3.1 - Aspectos Básicos

3.1.1 a 3.1.4 - O documento básico do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Plano de Ação do Governo, ainda se encontra em fase de elaboração, tendo entretanto, sua apresentação programada para o mês de março próximo. Em virtude disto, não foi possível se dispor do Plano para a elaboração do presente trabalho.

As informações apresentadas pelo Secretário de Planejamento do Rio Grande do Norte - no Encontro de Secretários de Planejamento - permitem apenas que se tenha uma visão muito geral, do que se constitui o Plano de Governo do Estado.

O Plano contém uma breve análise da situação em cada setor e indicações acerca dos respectivos programas, "propondo-se como um primeiro esforço de sistematização, até o amadurecimento do documento definitivo", (sic).

O passo fundamental para a aproximação dessa meta é constituído pelo levantamento aprofundado e consolidado da posição financeira, abrangendo a administração direta e indireta, buscando-se obter uma informação a mais exata possível dos níveis irreduzíveis de custeio.

Em resumo, o Plano apresenta:

- Diagnóstico macroeconômico e demográfico.
- Diagnósticos setoriais para informar a ação.
- Determinação das necessidades e graus de prioridade.
- Determinação de objetivos executáveis de Governo e sua adequação com a política Federal.
- Levantamento de fontes de recursos, capacidade de endividamento e utilização dos programas federais.
- Quadros de usos e fontes, consolidados por setor e por programa.
- Quadros globais de usos e fontes.

3.1.5 - Perspectivas de Planejamento

Em termos de funcionamento, propõe-se o estabelecimento de um sistema de planejamento que seja operacional; basicamente um sistema que possa ser mais de coordenação e acompanhamento do que mesmo de planejamento. A Secretaria de Planejamento fará a compatibilização e coordenação dos planos elaborados pelos diversos setores.

3.2 a 3.6 - Quanto aos demais itens: objetivos e estratégia, estratégia setorial e prioridades, instrumentos, programas e projetos prioritários e esquema financeiro, não pode ser aqui apresentado, pelas razões anteriormente apresentadas.

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	39,4	79,0	10,5	21,0	49,9	100,0	34,6	73,0	12,8	27,0	47,4	100,0
1 9 6 9	44,6	75,9	14,2	24,1	58,8	100,0	42,8	71,0	17,6	29,0	60,3	100,0
1 9 7 0	46,2	69,1	20,7	30,9	66,9	100,0	52,3	73,3	19,1	26,7	71,4	100,0
1 9 7 1	59,2	69,0	26,6	31,0	85,8	100,0	59,7	69,6	26,1	30,4	85,8	100,0
1 9 7 2	95,9	75,0	32,0	25,0	127,9	100,0	95,8	74,9	32,1	25,1	127,9	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	73,6	-	26,4	-	100,0	-	72,4	-	27,6	-	100,0

FCNTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	77,3	20,6	97,8	67,8	25,1	92,9
1 9 6 9	72,5	23,1	95,6	69,6	28,6	98,0
1 9 7 0	62,7	28,1	90,8	71,0	25,9	96,9
1 9 7 1	66,2	29,8	96,0	66,8	29,2	96,0
1 9 7 2	95,9	32,0	127,9	95,8	32,1	127,9

FONTE: Tabela 1.1

(*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71.

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	94	- 6,0	112	+12,0	98	- 2,0	102	+ 2,0	114	+14,0	106	+ 6,0
1 9 7 0	81	-13,8	136	+21,4	93	- 5,1	105	+ 2,9	103	- 9,6	104	- 1,9
1 9 7 1	86	+ 6,2	145	+ 6,6	98	+ 5,4	99	- 5,7	116	+12,6	103	- 1,0
1 9 7 2	124	+44,2	155	+ 6,9	131	+33,7	141	+42,4	128	+10,3	138	+34,0

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S								
	TOTAL		I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		'CAPITAL		TOTAL		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
1968	50,0	100,0	28,9	57,8	2,6	5,2	2,8	5,6	34,3	68,6	7,8	15,6	7,9	15,8	15,7	31,4	
1969	58,8	100,0	35,3	60,0	---	---	2,7	4,6	38,0	64,6	6,6	11,2	14,2	24,2	20,8	35,4	
1970	66,9	100,0	35,1	52,5	1,4	2,1	4,5	6,7	41,0	61,3	6,6	9,9	19,3	28,8	25,9	38,7	
1971	85,8	100,0	47,0	54,8	---	---	3,5	4,1	50,5	58,9	8,7	10,1	26,6	31,0	35,3	41,1	
1972	127,9	100,0	65,0	50,8	---	---	18,4	14,4	83,4	65,2	22,5	17,6	22,0	17,2	44,5	34,3	
MÉDIA (*) 68/72	-	100,0	-	55,1	-	1,5	-	-	7,1	-	63,7	-	12,9	-	23,4	-	36,3

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972*

ANO	RECEITA TOTAL		RECEITAS PRÓPRIAS				TRANSFERÊNCIAS									
	Valor	Δ%	I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
			Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%
1968	92,1	-	56,7	-	5,1	-	5,5	-	67,3	-	15,3	-	15,5	-	30,8	-
1969	95,6	-2,6	57,4	1,2	-	-	4,4	-20,0	61,8	-8,2	10,7	-30,1	23,1	49,0	33,2	9,7
1970	90,8	-5,0	47,6	-17,1	1,9	-	6,1	38,6	55,6	-10,0	9,0	-15,9	26,2	13,4	35,2	4,1
1971	96,0	5,7	52,6	10,5	-	-	3,9	-36,1	56,5	1,6	9,7	7,8	29,8	13,7	39,5	12,2
1972	127,0	33,2	65,0	12,6	-	-	18,4	371,6	83,4	47,6	22,5	132,0	22,0	-26,2	44,5	12,7

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDO A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTI- CIPAÇÃO DOS ES- TADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	15,6	31,2	---	--	15,6	31,2	0,1	0,2	15,7	31,4
1969	13,2	22,4	7,5	12,8	20,7	35,2	0,1	0,2	20,8	35,4
1970	13,0	19,4	---	---	13,0	19,4	12,9	19,3	25,9	38,7
1971	15,0	17,5	12,0	14,0	27,0	31,5	8,3	9,7	35,3	41,1
1972	20,0	15,6	15,0	11,7	35,0	27,4	9,5	7,4	44,5	34,8
MÉDIA(*) 68/72	-	21,2	-	7,7	-	28,9	-	7,4	-	36,3

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	64,85	-	44,49	-	20,36	-
1969	61,20	- 5,6	39,52	-11,2	21,68	+ 6,5
1970	56,40	-13,5	34,56	-12,6	21,84	+ 0,7
1971	57,60	+ 2,1	33,90	- 1,9	23,70	+ 8,5
1972	74,23	+28,9	48,40	+42,8	25,83	+ 9,0

FONTE: Tabela 2.2

(*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										C A P I T A L		T O T A L				
	C O R R E N T E S			D E S P E S E S			S				S		S				
	P E S S O A L		O U T R A S	S U B - T O T A L		V A L O R		%		V A L O R		%		V A L O R		%	
	VALOR	%		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1968	21,4	45,1	13,2	27,9	34,6	73,0	12,8	27,0	47,4	100,0							
1969	27,3	45,3	15,4	25,7	42,7	71,0	17,6	29,0	60,3	100,0							
1970	35,0	49,0	17,3	24,3	52,3	73,3	12,1	26,7	71,4	100,0							
1971	38,6	45,0	21,1	24,6	59,7	69,6	26,1	30,4	85,8	100,0							
1972	58,3	45,6	37,5	29,3	95,8	74,9	32,1	25,1	127,9	100,0							
MÉDIA * 68/72	-	46,0	-	26,4	-	76,4	-	-	-	27,6	100,0						

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DEMONSTRATIVOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (*)

A N O	D E S P E S A S		C A P I T A L	T O T A L
	E N T R E S			
	C O R R E N T E S	S U B - T O T A L		
1968	42,0	25,0	25,1	93,0
1969	44,4	25,1	28,7	98,0
1970	47,5	23,5	26,0	97,0
1971	43,2	23,6	29,2	96,0
1972	58,3	37,5	32,1	127,9

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

RN
3.3

A N O	F U N C I O E S												B E M E S T A R S O C I A L		T O T A L			
	G O V . A D M . G E R A L E F U N .		R E C U R S O S N A T . e A G R O - P E C U A R I O S		V I A Ç Ã O , T R A N S P O R T E E C O M U N I C A Ç Õ E S		I N D Ú S T R I A E C O M É R C I O		E D U C A Ç Ã O E C U L T U R A		D E F E S A E S E G U R A N Ç A		S A Ú D E E S E R V I Ç O S U R B A N O S		B E M E S T A R S O C I A L		T O T A L	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1968	17,1	36,1	6,0	12,7	1,4	2,0	0,4	0,8	8,3	17,5	4,3	9,2	2,1	4,4	7,8	16,4	47,4	100,
1969	21,6	35,8	5,5	9,1	8,3	13,8	0,8	1,3	8,4	13,9	5,3	8,8	2,4	4,0	8,0	13,3	60,3	100
1970	32,9	46,1	2,7	3,8	-	-	1,0	1,4	14,6	20,4	8,7	12,2	3,1	4,3	8,4	11,8	71,4	100,
1971	41,5	48,4	1,7	2,0	0,6	0,7	0,7	0,9	16,5	19,2	11,1	12,9	3,9	4,5	9,8	11,4	85,8	100,
1972	57,5	44,9	8,5	6,6	-	-	1,5	1,2	26,3	20,6	13,4	10,5	7,7	6,0	13,0	10,2	127,9	100,
MÉDIA (*)	-	42,3	-	6,8	-	3,5	-	1,1	-	18,3	-	10,7	-	4,6	-	12,6	-	100,

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TERMOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I.		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	27,76	100	16,59	100	-
1969	28,39	102	18,35	111	+ 10,6
1970	29,47	106	16,13	97	- 12,1
1971	25,92	93	17,52	106	+ 8,6
1972	33,84	122	18,63	112	+ 6,3

· FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 4,8	- 2,3	+ 2,5	2,6	- 0,1
1 9 6 9	+ 1,9	- 3,4	- 1,5	-	- 1,5
1 9 7 0	- 6,1	+ 1,6	- 4,5	1,4	- 5,9
1 9 7 1	- 0,5	+ 0,5	0,0	-	0,0
1 9 7 2	+ 0,1	- 0,1	0,0	-	0,0

FORTE: Tabelas 1.1
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 9,6	+ 37,5	- 0,2	- 0,8
1 9 6 9	+ 3,2	+ 10,8	- 2,6	- 8,5
1 9 7 0	- 9,1	- 31,9	- 8,8	- 30,9
1 9 7 1	- 0,6	- 0,2	0,0	0,0
1 9 7 2	+ 0,1	+ 0,3	0,0	0,0
MÉDIA(*) 68/72	+ 0,6	+ 3,3	- 3,9 (a)	- 13,4 (a)

FONTE: Tabelas 1.1
4.1

NOTA: (*) - Média simples - OBs.: (a) A média se refere apenas aos exercícios 1968, 1969 e 1970.

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	* (SO/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1958	+ 37,5	61,7	- 19,5	20,3	100,0
1969	+ 10,8	80,7	+ 8,5	-	100,0
1970	- 31,9	101,0	+ 23,6	7,3	100,0
1971	- 1,9	101,9	-	-	100,0
1972	+ 0,3	99,7	-	-	100,0
MÉDIA 68/72(*)	3,0	89,0	2,5	5,5	100,0

(*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)
 RK - Receitas de Capital
 SO - Saldo Orçamentário
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem Cobertura financeira.
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

* (SO/DK) (-1)

FONTES: Tabelas 1.1
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)				
							Cr\$ milhões	(%)		
1 9 6 8	3,9	18,0	17,8	82,0	21,7	100,0	-	-	21,7	100,0
1 9 6 9	1,8	8,1	20,5	91,9	22,3	100,0	-	-	22,3	100,0
1 9 7 0	3,2	11,3	25,1	88,7	28,3	100,0	-	-	28,3	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	43,4	68,4	165,6
1 9 6 9	37,9	58,7	148,7
1 9 7 0	42,3	71,5	214,4

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç Õ E S			T O T A I S		E M		R E L A Ç ã O Despesas de Capital	A: (%)
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Operações de Crédito	Despesas de Capital				
1968	2,2	4,4	6,9	84,6	17,2					
1969	1,1	1,9	2,9	-	6,3					
1970	1,4	2,1	3,5	100,0	7,3					
1971	0,1	0,1	0,2	-	0,4					
1972	-	-	-	-	-					
MÉDIA(*) 68 / 72	—	-	-	-	-					

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões: correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	(C = A - B)	(%)
1968	15,3	2,2	13,1	20,2
1969	16,1	1,1	15,0	25,5
1970	14,6	1,4	13,2	19,7
1971	26,1	0,1	26,0	30,3
1972	32,1	-	32,1	25,1

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVICO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (3)	RECEITA PRÓPRIA (3)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (3)
1 9 6 8	2,2	0,3	2,5	5,0	7,3	19,1
1 9 6 9	1,1	0,4	1,5	2,6	3,9	10,0
1 9 7 0	1,4	0,0	1,4	2,1	3,4	10,6
1 9 7 1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,8
1 9 7 2	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

